



O papel do varejo na nova era dos meios de pagamento e do sistema bancário

Desde que o Pix foi anunciado, ainda no início da pandemia, ficou evidente que a mudança estrutural trazida com o novo sistema de pagamentos instantâneo do Banco Central (BC) acarretaria rápidos benefícios aos usuários. Aumento da inclusão financeira, flexibilidade e disponibilidade imediata dos recursos, praticidade e velocidade nas transações, custos nulos para pessoas físicas – e expressivamente menores do que os meios tradicionais (maquininhas, TED – Transferência Eletrônica Disponível – e DOC – Documento de Ordem de Crédito) para empresas – são as principais vantagens. Mas o Pix oferece outras possibilidades e oportunidades de negócio importantes para o setor terciário, especialmente para o varejo, tanto o físico – quanto o e-commerce. Com as futuras funcionalidades, o Pix poderá ainda fazer das lojas do comércio pequenos agentes financeiros na economia.

O Pix faz parte de uma agenda estrutural e de competitividade que vem sendo exitosamente conduzida pelo BC, acelerada pela digitalização imposta pela crise sanitária, e que deve ser reconhecida pelas lideranças no país. A próxima etapa dessa agenda é o open banking, que vai promover a competição no sistema bancário e ainda mais benefícios ao varejo, como a possibilidade de monetização de dados dos consumidores, conforme discutimos recentemente em artigo publicado nesse sumário.

As estatísticas iniciais de uso do Pix revelam a aceitação do Sistema acima das expectativas em um curto intervalo de tempo.

O Pix passou oficialmente a ser utilizado em 16/11/2020, desde quando é possível cadastrar chaves

de identificação. Ao fim da primeira semana de funcionamento, de acordo com o BC, havia 34,5 milhões de chaves cadastradas de pessoas físicas – e 2,2 milhões de pessoas jurídicas. Em 16/12/2020, quando o sistema completou um mês, houve incremento de mais de 220% nos cadastramentos de pessoas físicas, 111 milhões de chaves, totalizando 46,4 milhões de pessoas. Em relação às empresas, o crescimento do volume de cadastros foi de 132%, com 5,1 milhões de chaves e três milhões de usuários pessoas jurídicas.

A evolução do número de operações com o Pix reforça a grande receptividade. Nos primeiros sete dias, foram realizadas 12,2 milhões de operações no novo sistema, enquanto, no primeiro mês, ocorreram 93 milhões de operações. O volume transacionado adicionalmente mostra a confiança que os agentes empregam no Pix: na primeira semana, foram movimentados R\$ 9,3 bilhões, enquanto, no mês o valor acumulado alcançou R\$ 83,4 bilhões.

O Pix é um sistema novo, e, naturalmente, toda novidade tem seu tempo de amadurecimento, assim como aconteceu com o cheque, que não desapareceu, mas caiu em desuso com o surgimento da TED e do DOC no passado.

Ainda de acordo com dados do BC, a taxa de rejeição nas transações com pagamentos via TED e DOC chegam a 5%, enquanto a rejeição nas transações com o Pix, utilizando uma chave cadastrada, alcançou apenas 0,5% nas primeiras semanas de uso.

É muito caro fazer TED ou DOC no Brasil. Embora grande parte dos clientes bancários possa fazer de forma gratuita, a tarifa média do sistema financeiro para essas modalidades chega a R\$ 12,00, o que

- ▶ engorda as receitas dos bancos. O uso do Pix e de outros avanços na agenda estrutural, como o open banking, vão acirrar a concorrência entre as instituições, o que certamente enxugará as receitas dos bancos nos próximos anos.

Há muitas vantagens iniciadas pelo Pix na transformação dos meios de pagamentos, que podem ser engrossadas por ganhos e eficiência nas rotinas do comércio. O Pix tem potencial para melhorar os fluxos de caixa das empresas e otimizar os estoques.

Imagine uma loja de varejo que possui um e-commerce. Quando uma venda é efetuada e paga à vista, por meio de boleto bancário, por exemplo, o prazo para confirmação do pagamento é de até três dias úteis. Durante esses dias, a loja precisa segregar o estoque dos produtos adquiridos ainda sem o pagamento confirmado, retirando os itens da “prateleira”. Apenas após a confirmação ou não do pagamento, o lojista pode dar sequência à movimentação do estoque, dar baixa, no caso de sucesso no pagamento ou retornar com aqueles produtos para venda, no caso do pagamento não confirmado.

Durante o tempo para confirmação do pagamento, a loja perde oportunidades de venda daqueles produtos que foram separados. A instantaneidade do pagamento via Pix elimina essa situação, pois, com o pagamento confirmado em até dez segundos, o lojista efetua a baixa do estoque com a receita confirmada no ato da operação on-line, além de melhorar a experiência do consumidor e agilizar o envio do produto. Ou seja, o sistema tem potencial de tornar mais eficiente o controle e a rotatividade dos estoques, a logística de entrega, otimizando não apenas o fluxo de caixa operacional, mas também potencializando a geração de receitas de vendas.

Outra vantagem do Pix ao varejo é o maior controle da inadimplência e a facilitação da cobrança de contas atrasadas. O Pix elimina a necessidade de emissão de novo boleto, o cliente poderá quitar um débito de forma instantânea e remota, não sendo

necessário aguardar compensação do boleto ou recebimento dos valores via cartão de crédito. É um diferencial para grandes redes varejistas.

Nas lojas físicas, o pagamento via Pix por smartphones ajuda a reduzir o uso do dinheiro, filas e aglomerações, o que em tempos de pandemia é essencial para evitar disseminação do vírus.

Esses são apenas alguns exemplos das funcionalidades do Pix às empresas do varejo. A expectativa é de grande difusão nos próximos meses especialmente entre as pessoas jurídicas, já que o custo de operar o sistema tende a ser significativamente menor do que os outros meios. O BC já anunciou que deve cobrar das instituições R\$ 0,01 a cada dez operações Pix efetuadas, e esse custo será repassado pelos bancos às empresas.

O BC também já divulgou outras funcionalidades importantes que serão implementadas nos próximos anos. Uma delas é a possibilidade de saques via Pix, o que tornará o sistema ainda mais atraente. Com essa modalidade, o pequeno lojista poderá atuar ainda como um agente financeiro, possibilitando saques em papel-moeda nas lojas físicas, e ampliando a inclusão financeira no País.

Em suma, toda conveniência do Pix não se restringe apenas à evolução tecnológica com vantagens aos agentes usuários, mas se trata de uma das etapas da transformação estrutural na economia, a qual seguirá no caminho com o open banking. Além dos custos de serviços mais baixos provocados pela ampliação da competição interbancária, uma grande massa de dados de consumidores poderá ser aproveitada pelos estabelecimentos do comércio e serviços com a abertura bancária, o que vai elevar a capacidade produtiva das empresas e a importância do setor terciário na economia.

Neste momento, o varejo cumpre um papel primordial no incentivo à utilização do Pix e na inclusão financeira e digital dos consumidores, o que faz do setor um dos principais atores na nova era dos meios de pagamento.

Endividamento das famílias encerra 2020 em alta e inadimplência em queda

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)

	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Dezembro de 2019	65,6%	24,5%	10,0%
Novembro de 2020	66,0%	25,7%	11,5%
Dezembro de 2020	66,3%	25,2%	11,2%

O percentual de famílias que relataram ter dívidas (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, e prestação de carro e de casa) alcançou 66,3% em dezembro, alta de 0,3 ponto percentual (p.p.) em relação a novembro, e de 0,7 p.p. em relação a dezembro de 2019. O aumento da proporção de famílias endividadas no último mês de 2020 ocorre após três reduções consecutivas no percentual, o qual vinha diminuindo desde setembro.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atrasos caiu de 25,7% em novembro para 25,2% em dezembro, a quarta redução no indicador apurada desde maio. O percentual é, no entanto, 0,7 p.p. maior do que em dezembro de 2019, quando as famílias com dívidas ou contas em atraso representaram 24,5% do total. A parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso – e que, portanto, permanecerão inadimplentes – reduziu-se novamente, passando de 11,5% em novembro para 11,2% do total de famílias em dezembro. O indicador havia alcançado 10,0% em dezembro de 2019.

O endividamento dos grupos de renda pesquisados passou a apresentar tendências semelhantes a partir de dezembro. Para as famílias com renda até dez salários mínimos, o percentual de famílias endividadas aumentou na passagem mensal, após três reduções consecutivas, chegando a 67,7% do total. Em dezembro de 2019, essa proporção foi de 66,6%. Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos, a proporção do endividamento também teve nova alta no mês: de 59,3% em novembro – para 60% em dezembro, mas 61,4% em dezembro de 2019.

A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso apresentou evoluções similares entre os grupos de renda pesquisados. Na faixa de até dez salários mínimos, a proporção com contas ou dívidas atrasadas caiu de 28,9% em novembro para 28,4% em dezembro. No mesmo mês de 2019, 27,7% das famílias nessa faixa de renda haviam declarado ter contas em atraso. No grupo com renda superior a dez salários mínimos, o percentual alcançou 11,5% no último mês do ano, abaixo dos 11,8% apurados em novembro.

O resultado por faixa de renda do percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas em atraso – e que vão permanecer inadimplentes – igualmente mostrou comportamento semelhante entre os grupos pesquisados. Entre os com renda até dez salários mínimos, o percentual de famílias sem condições de quitar seus débitos atrasados caiu de 13,4% para 13,1% na passagem mensal. Em relação a dezembro de 2019, a alta foi de 1,3 p.p., quando a proporção alcançou 11,8%. Na faixa de maior renda, o indicador reduziu-se 0,2 p.p., passando de 4,3% do total de famílias para 4,1%, enquanto, em dezembro de 2019, havia atingido 3,5%.

Após ter alcançado 16,1% em junho, a proporção das famílias que se declararam muito endividadas vem se reduzindo, e caiu para 14% em dezembro. A comparação anual também já registra queda de 0,5 p.p. Já o número de famílias que se reportam pouco endividadas aumentou para 28,2% em dezembro, enquanto a proporção de famílias que afirmam não ter dívidas também cresceu, chegando ao nível observado antes da pandemia, 33,6%.

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)

Categoria	Dezembro de 2019	Novembro de 2019	Dezembro de 2020
Muito endividado	14,5%	14,1%	14,0%
Mais ou menos endividado	23,3%	24,0%	24,1%
Pouco endividado	27,8%	27,9%	28,2%
Não tem dívidas desse tipo	34,2%	33,8%	33,6%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,1%

Em relação à capacidade de pagamento, entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas alcançou 30,2% da renda mensal, novo aumento de 0,1 p.p. em relação a novembro, e de 0,5 p.p. ante dezembro do ano passado. Nas famílias com até dez salários, a parcela média da renda dedicada ao pagamento de dívidas por esse grupo aumentou pela terceira vez na comparação mensal, de 30,7% para 30,8% em dezembro. Nas famílias com renda acima de dez salários mensais, a parcela média da renda comprometida segue em queda desde agosto, atingiu 27,4% em dezembro.

Também entre as famílias com dívidas, 21,9% afirmaram ter mais da metade da renda mensal comprometida com pagamento dessas dívidas em dezembro, percentual 0,3 p.p. menor do que o de novembro, mas 1,9 p.p. acima do de dezembro de 2019. Nas famílias com renda até dez salários, o percentual das que afirmam ter mais da metade da renda comprometida com dívidas caiu ligeiramente de 23,1% para 23,2%, após duas altas seguidas, e se reduziu mais intensamente dentre as famílias com mais de dez salários de renda, de 17,4% para 16,1%.

O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas vinha aumentando desde abril e chegou a 7,4 meses em julho, quando desde então vem caindo, alcançando sete meses em dezembro. A proporção de 23,5% dos endividados possui dívidas vincendas em até três meses, ante 22,4% em novembro e 30,3% por mais de um ano, ante 31,4% no mês anterior.

Já o tempo médio de atraso na quitação das dívidas das famílias inadimplentes vem aumentando desde junho, atingiu 63,6 dias em dezembro, maior período desde fevereiro (64 dias). Cresceu na margem o percentual de famílias com atrasos até 30 dias (de 21,6% para 21,7%), e de magnitude mais intensa as com atrasos acima de 90 dias (de 42,9% para 44,3%).

A proporção dos que utilizam o cartão de crédito voltou a crescer, alcançando 79,4% do total de famílias, maior taxa desde janeiro de 2020. O percentual é superior à média para o indicador em 2020, 78%.

Dentre os tipos de dívidas apurados, apenas o cartão de crédito e o cheque especial tiveram aumento de participação no endividamento em dezembro, modalidades associadas ao consumo imediato, de curto e médio prazos.

Tipo de dívida (% de famílias)

Tipo	Dezembro de 2020		
	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	79,4%	80,2%	76,4%
Cheque especial	5,5%	5,3%	6,0%
Cheque pré-datado	0,8%	0,8%	0,7%
Crédito consignado	5,5%	5,3%	6,5%
Crédito pessoal	7,6%	8,0%	5,9%
Carnês	16,5%	18,0%	9,9%
Financiamento de carro	10,2%	8,8%	17,0%
Financiamento de casa	9,3%	7,1%	19,0%
Outras dívidas	1,7%	1,8%	1,1%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,2%	0,2%	0,0%

► O percentual de famílias com dívidas no País cresceu em dezembro após três quedas consecutivas, porém situa-se abaixo da média do endividamento em 2020 (66,5% do total de famílias). O número de famílias endividadas com renda mensal até dez salários mínimos aumentou, alterando a trajetória descendente que vinha sendo observada desde agosto. O endividamento segue crescendo nas famílias com renda acima de dez salários também desde agosto.

Com o fim do auxílio emergencial previsto a partir de janeiro, as famílias de menor renda e assistidas pelo benefício necessariamente precisam adotar maior rigor na organização dos orçamentos domésticos. Nesse sentido, o crédito pode voltar a funcionar como ferramenta de recomposição da renda, ainda no contexto de incertezas sobre a evolução do mercado de trabalho.

Por outro lado, as famílias com mais de dez salários de rendimento vinham ampliando suas poupanças durante a pandemia, mas a ampliação do endividamento nos últimos meses para esse grupo indica que iniciaram uma retomada gradual do consumo em agosto.

Na inadimplência, seguem em queda, desde agosto, tanto a proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso quanto o número de famílias

que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas atrasadas. Ambos os indicadores diminuíram para as famílias com menor renda.

O tempo de atraso nas quitações acima de 90 dias, que vinha caindo desde antes da pandemia, adotou trajetória de crescimento também a partir de agosto, alcançando a maior proporção desde abril de 2020.

Indicadores recentes têm mostrado que a recuperação da economia este ano está mais robusta do que as estimativas indicavam, impactando, inclusive, em pressões inflacionárias pela oferta e demanda. No entanto, ainda predominam incertezas sobre a sustentabilidade da retomada no médio prazo, principalmente quanto à capacidade de recuperação do mercado de trabalho, no contexto de recrudescimento da pandemia. Deve-se considerar ainda que grande parte do crédito dispensado durante a pandemia foi concedido com carência nos pagamentos, os quais devem começar a vencer no início de 2021.

Com isso, o crédito deve ganhar destaque na retomada da economia em 2021, porém é importante não somente seguir ampliando o acesso aos recursos com custos mais baixos, mas também alongar os prazos de pagamento das dívidas para mitigar o risco da inadimplência no sistema financeiro.

Natal diferente dos outros e novos rumos

O Natal do ano passado foi contextualizado pela Covid-19. Por conta da prevenção do contágio, em todo o planeta, procurou-se evitar grandes reuniões, aglomerações, maiores festejos de rua. As recomendações foram de recolhimento.

A mudança do calendário com o Réveillon também não ficou muito diferente, pelo que se verificou. Em relação ao habitual, pouquíssimas turbas se formaram com pessoas que assumiram o risco de participar de eventos comemorativos.

Se o simbolismo do período natalício perdeu um pouco o ar da graça em virtude de alguns efeitos decorrentes da pandemia, influenciando o sentimento na hora da troca de presentes, as engenhosidades da economia permitiram que as compras fossem realizadas de forma remota, ágil, cada vez mais rápida e segura. Elas fizeram com que o ambiente físico fosse melhor e garantidamente substituído pela maior dimensão do ambiente

virtual e digital. Assim, não faltaram opções para compras, principalmente as remotas, contando com forte exposição dos investimentos feitos nas redes sociais, nas diversas formas de tecnologia e logística, entre outros recursos.

Para as famílias mais cautelosas, manteve-se a tradição do jantar de véspera de Natal mesmo que o número de participantes tivesse diminuído. No entanto, as alternativas existentes para envio/recebimento de presentes constituíram-se na solução para a preservação do hábito de trocar lembranças e presentes.

Por outro lado, de maneira pesarosa, em muitos lares, o espírito alegre de fim de ano ficou comprometido com a perda de entes queridos – devido à pandemia.

O contexto por si só ajuda bastante a explicar o Natal de 2020 ter sido diferente dos anteriores. Não bastasse a tristeza motivada pelo número de ►

▶ óbitos, a economia ter enfrentado um período ruim – tendo como maiores efeitos da recessão o elevado número de desempregados e a queda das vendas dos diversos setores produtivos, seguido dos prejuízos inerentes a esse tipo de conjuntura –, o Natal teve impulso, e as vendas comerciais podem ter crescido 3,4%, segundo previsão da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a maior alta relativa desde 2017 (+3.9%), com o setor podendo ter movimentado o importe de R\$ 38,1 bilhões. Este montante deveu-se, sobretudo, à forte presença do aumento da movimentação de recursos acontecida por intermédio dos dispositivos remotos.

No quadro de alternativas para suportar uma crise de tamanha contundência, as empresas tiveram que reorganizar-se organicamente, reestruturar-se nas relações com o mercado e, diante de um cenário inóspito à atividade empresarial com a pandemia, focar em novos meios, táticas e estratégias para alcançar consumidores.

Para milhares de empresas, no ambiente de muitas restrições ao desenvolvimento de negócios de forma presencial com os seus clientes, conseguir manter-se em atividade foi o principal desafio.

Perpassar o período de estiagem causado pela diminuição acentuada da procura constituiu-se na prova de fogo.

Em plena crise e agora no momento em que os sinais são de retomada, fazer a diferença, atuar diferente e atingir mercados, penetrá-los, explorá-los, cativá-los e aproveitá-los forjam situações que evidenciam a importância do empreendedorismo, da inovação acompanhada do desenvolvimento do fator tecnológico sobre gestão de custos, estoques, marketing e vendas, produtividade e acesso a mercados, entre outras áreas.

Nesse cenário, o Natal do ano que passou constituiu-se na confirmação de que o fator tecnológico foi incorporado de vez ao hábito de consumo via digitalização, uso de celulares, microcomputadores, internet e e-commerce.

Assim, vislumbra-se o aprimoramento do que se tem hoje, porque os próximos períodos de Natal não

terão mais os problemas da pandemia, porque as famílias irão poder reunir-se, se abraçar, aglomerar e festejar sem receio de contágio, dado que até lá a vacinação já cumpriu o seu papel – e o surgimento de outro vírus com efeitos devastadores sobre a humanidade não está no radar.

Com a esperada entrada do 5G para daqui a pouco no corrente ano, o que se tem hoje de conectividade ficará muito melhor, mais consistente e seguro. Com o 5G, os inúmeros processos de transformação em virtude do crescimento da digitalização ficarão ainda mais expansivos e garantidos.

Muitas empresas serão constituídas, outras aperfeiçoadas; o uso de serviços e de terceirização das plataformas vai aumentar, assim como o de novos negócios. As transformações serão inexoráveis e determinantes.

Será um processo de retroalimentação, de feedback permanente, acelerando mudanças mercadológicas, comportamentos sociais e, no caso das corporações, disseminando novas realidades de negócios.

Num cenário de permanente modificação técnica, o que parecia há algum tempo ficção pode ainda produzir dificuldade de compreensão. Por exemplo, tem-se ideia do que poderá vir a acontecer com os mercados quando bitcoins, tokens, criptomoedas, entre outros meios tiverem a chance de serem mais difundidos, oportunizando negócios através da tecnologia dos blockchains, entre outras ferramentas?

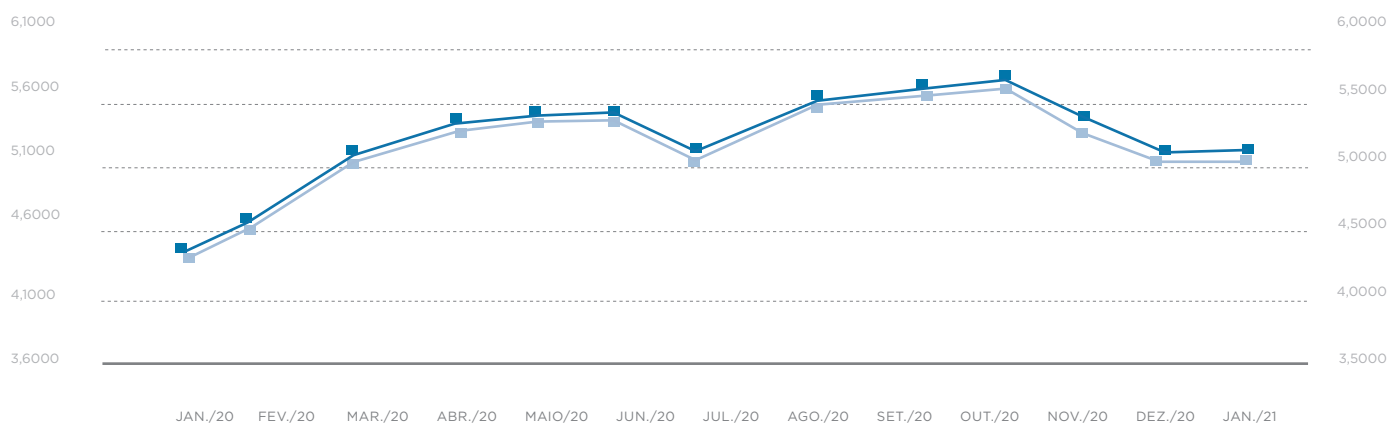
Se, no fim do ano passado, com o ocaso da pandemia (espera-se que a vacinação no Brasil aconteça em janeiro ou fevereiro), as estimativas foram as de que o Natal de 2020 incorporou mais de 11 milhões no comércio eletrônico, podendo ter movimentado um total de R\$ 21,7 bilhões (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico – ABComm), – dá para imaginar qual deverá ser a quantidade de novos consumidores que farão parte do e-commerce em 2021, 2022, se a economia vai estar se recuperando, gerando juntamente mais emprego e renda, com o mercado de trabalho gradualmente sendo aquecido?

INDICADORES ECONÔMICOS

DISCRIMINAÇÃO	OUTUBRO DE 2020	NOVEMBRO DE 2020	DEZEMBRO DE 2020	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	
				ACUMULADO NO ANO	ÚLTIMOS 12 MESES
IPCA (%) (IBGE)	0,86	0,89	1,35	4,52	-
INPC (%) (IBGE)	0,89	0,95	1,46	5,45	-
IGP (M) (%) (FGV)	3,23	3,28	0,96	23,14	23,14
IGP (DI) (%) (FGV)	3,68	2,64	0,76	23,08	23,08
IPC Fipe	1,19	1,03	0,79	5,62	5,62

CÂMBIO COMERCIAL (PTAX)

—■— COMPRA: 5,1620* —■— VENDA: 5,1626*



*Em 11 de janeiro de 2021

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL - PRODUÇÃO FÍSICA

Novembro de 2020				
Atividades Industriais (%)	Mês*	Mês**	Ano	12 m
1. Indústria geral	1,2	2,8	-5,5	-5,2
2. Indústrias extrativas	-2,4	-7,5	-3,2	-4,1
3. Indústrias de transformação	1,7	4,2	-5,8	-5,3
1. Bens de capital	7,4	12,8	-13,1	-12,6
2. Bens intermediários	0,1	3,6	-1,8	-1,9
3. Bens de consumo	2,1	-0,1	-9,9	-9,1
3.1. Bens de consumo duráveis	6,2	2,7	-22,0	-20,5
3.2. Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	1,5	-0,9	-6,5	-5,9

*Mês anterior, com ajuste sazonal

**Mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE

CALENDÁRIO DE INDICADORES ECONÔMICOS

Janeiro de 2021

Dia	Indicador/Pesquisa	Fonte
18	IBC-Br	BC
20	Reunião do Copom	BC
21	Monitor do PIB	FGV

SUMÁRIO ECONÔMICO

Ano XXXIX, nº 1.651, Janeiro, 2021

Área responsável: Divisão Econômica

Editor responsável: Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Redação técnica: Divisão Econômica – de@cnc.org.br

Projeto gráfico: Gecom

Diagramação: Gecom

Revisão: Alessandra Volkert

As últimas edições desta publicação estão disponíveis na íntegra no endereço www.cnc.org.br, na área Publicações.